



a Voz do Operário

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco

ANO 138 NÚMERO 3038 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA

NOVEMBRO 2016 DIRETOR MANUEL AUGUSTO ARAÚJO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Tudo o que vai mudar em 2017



O Orçamento do Estado para 2017 destaca-se por ser aquele que apresenta o menor défice da nossa história democrática. Além disso, destaca-se também por ser um grande número de equilíbrio entre várias vontades e visões. Por um lado temos um PS que se fica aquém na reposição de direitos, salários, garantias e melhoramento das condições de vida. Por outro lado

temos a visão de Bruxelas para quem o cumprimento das metas do défice está acima de qualquer exigência que a vida real das pessoas possa trazer. Por outro lado ainda temos os partidos de esquerda – PCP, PEV, BE – que vão insistindo numa visão económica que não se prenda aos constrangimentos impostos pela Europa. **págs. 6 e 7**



Entrevista Domingos Abrantes

No rescaldo da tentativa de privatização do Forte de Peniche, o jornal *A Voz do Operário* foi conversar com um dos mais destacados resistentes anti-fascistas: Domingos Abrantes. Falámos da importância de não esquecer o passado para que este não se repita no futuro. **págs 8 e 9**

Milhares de idosos desconhecem que têm direito a complemento solidário

pág. 11



Situação na ADSE

A ADSE não é um seguro de saúde nem pode sê-lo. A ADSE é um sub-sistema pago pelos próprios contribuintes, que descontam 3,5% do seu salário, além dos impostos gerais. Neste momento a ADSE vai sofrer algumas possíveis alterações. Leia aquilo que está em cima da mesa. **pág. 12**



Ocupações no Brasil

No Brasil depois do golpe assiste-se ao maior ataque de sempre aos direitos sociais dos brasileiros. Na área da educação o ataque é especialmente grave e milhares de escolas por todo o país estão a ser ocupadas por um movimento que já é conhecido por “Primavera secundarista”. **pág. 13**



Admin. Pública

Reposição de salários, reposição das 35 horas para alguns setores, contratação de trabalhadores precários estão a avançar, mas é preciso mais. A administração Pública apresentou uma série de reivindicações que espera que sejam cumpridas neste mandato. Saiba mais sobre este caderno de encargos. **pág. 16**

Editorial

Os dez dias que abalaram o Mundo

Neste mês de Novembro muita coisa aconteceu e acontece, a começar nas eleições dos Estados Unidos da América e a não acabar nos desenvolvimentos das batalhas em curso no Médio-Oriente ou nos lances e desenlaces do Brexit, para referir a voos de pássaro alguns dos muitos episódios que vão ter influência na vida imediata do mundo. Mas há acontecimentos que estão para lá do imediato, marcam para sempre a história da humanidade. Novembro é o mês de se comemorar a Revolução de Outubro. Foi o assalto aos céus pelos desde sempre oprimidos e explorados.

A grande Revolução de Outubro triunfa depois de muitas tentativas de libertação terem fracassado, desde as revoltas dos escravos de Roma, às revoltas camponesas, às insurreições operárias do séc. XIX, da Revolução Francesa à Comuna de Paris. Hoje, paradoxalmente, depois de essa primeira tentativa histórica ter falhado percebe-se melhor o seu carácter profundamente novo e aprende-se o significado da sua derrota.

Agora, quando a ideologia burguesa celebra a vitória do capitalismo e desenvolve violenta ofensiva contra os direitos económicos, políticos, sociais e culturais dos trabalhadores conseguidos directa e indirectamente graças à Revolução de Outubro, mais razões existem para celebrar o que foi o começo da construção de um sistema político em que a democracia uniu as suas dimensões representativas e participativas, se alterou o regime jurídico e social da propriedade e as relações de produção, se lançou um impetuoso desenvolvimento das forças produtivas. Revolução que fez do movimento cultural, uma das suas prioridades. Milhões de pessoas acederam à educação e num curto prazo histórico eliminou-se o analfabetismo, criaram-se condições para o desenvolvimento científico e para um florescimento artístico e cultural incomparável.

Foi a demonstração que as utopias podem ser possibilidades reais. Uma alternativa que começou a ser construída e foi interrompida. Uma alternativa que resiste às manobras ideológicas dos que querem apagar e retirar o imenso poder de atracção sobre o imaginário político, as convicções e a história dos milhões de explorados e oprimidos. A Revolução de Outubro é acontecimento maior do séc. XX e da história universal. Representa o início de uma era histórica que ainda não terminou. Estamos a viver um período em contraciclo o que deve ser um incentivo para manter bem acesa a chama da memória e para a celebrarmos com alegria, porque não podemos esquecer nada e temos que aprender tudo. Nada poderá destruir a inteligência da história e o seu futuro.

Manuel Augusto Araújo

(Por opção o autor não observa as regras do AO)

a Voz do Operário

PROPRIEDAD E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt

DIRETOR Manuel Augusto Araújo

CHEFE DE REDAÇÃO Ana Goulart

JORNALISTA Cátia Rodrigues

DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio

FOTOGRAFIA Nuno Agostinho

COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Lina Seabra-Diniz, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Rego Mendes

REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa

IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA

Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, n.º 50 – Morelena
2715 – 029 Pêro Pinheiro

N.º DE REGISTO NA ERC 107759

DEPÓSITO LEGAL 6394/84

PERIODICIDADE Mensal

TIRAGEM 4.000 exemplares

ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária



Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



Plano de Atividades e Orçamento para 2017

Na Assembleia Geral de 10 de Novembro, apresentámos e submetemos à aprovação dos sócios, o Plano de Atividades e o Orçamento da Voz do Operário para 2017, os quais espelham o contínuo reforço da atividade e o prosseguimento da sustentabilidade económica e financeira.

No ano de 2016 reforçámos a atividade, designadamente na área educativa, onde inaugurámos mais um equipamento educativo, a Ajuda-Creche. Nos restantes aumentámos o número de inscrições, levando à criação de mais turmas, ficando o conjunto da nossa oferta educativa (Graça, Ajuda, Ajuda-Creche, Restelo, Laranjeiro, Lavradio e Baixa da Banheira) com uma ocupação próxima dos 100%. No total, são mais de 1.100 as crianças que, desde a Creche ao 2º Ciclo, frequentam os nossos equipamentos educativos. Para continuar a dar a resposta adequada ao acréscimo de atividade, também a estrutura de pessoal se reforçou, contando hoje a Voz do Operário com mais de duas centenas de trabalhadores.

Prosseguiu o caminho de sustentabilidade económica e financeira da Instituição, estimando-se apresentar no final do ano um resultado positivo de cerca de € 16,2 mil, um pouco abaixo ao orçamentado que foi de € 23,6 mil, mas ainda assim positivo, na linha da consolidação da sustentabilidade da Instituição.

Saliente-se que, em paralelo com o caminho de melhoria da situação económica e financeira que vem sendo prosseguido, estão em curso importantes investimentos, os quais representam um contributo significativo para a elevação da qualidade do serviço prestado.

Estes investimentos abrangem não só os diferentes equipamentos educativos, mas também outro património detido pela

Voz do Operário, como seja o imóvel da Calçada Agostinho Carvalho, onde decorre uma obra de reabilitação total do edifício, para que posteriormente o mesmo possa constituir uma fonte de rendimento para apoio à atividade da Voz do Operário.

Salientem-se igualmente os investimentos na Sede, designadamente a transformação da “Sala João Hogan” num auditório e a criação de instalações para a área associativa. Está em curso uma campanha de fundos para a reabilitação do Salão de Festas, a qual pretendemos concretizar já no próximo ano.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2017 que apresentámos aos sócios, prossegue a linha de rigor que vem sendo seguida, prevendo a obtenção de um resultado positivo em linha com o que se estima para este ano, de cerca de € 18,7 mil. Continuamos a apostar no bom nível de atividade, mantendo uma elevada qualidade do serviço educativo e do apoio social, valorizando e rentabilizando o património, prosseguindo a publicação regular do Jornal, mantendo atualizado o nosso site (recentemente renovado), promovendo iniciativas culturais diversificadas, reforçando a oferta existente a nível desportivo e participando ativamente no movimento associativo.

Prosseguirá o trabalho a desenvolver junto da biblioteca, com vista à possibilidade da abertura ao público de uma parte do seu acervo, incluindo candidaturas a fundos com objetivo da obtenção de meios para a concretização do projeto, bem como o estabelecimento de parcerias externas, designadamente com autarquias, escolas, universidades, centros de investigação, associações culturais e sociais e bibliotecas e arquivos. Iremos ainda disponibilizar um link no nosso site, para acesso a muito do material que já se encontra digitalizado.

Vamos comemorar o nosso 134º aniversário, onde mais uma vez homenagearemos uma personalidade (ou entidade) de mérito reconhecido.

Participaremos nas atividades do movimento associativo, designadamente nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, bem como nas festas de Lisboa, onde daremos especial ênfase à nossa marcha infantil, que desfilará pela 30ª vez e realizaremos os nossos arraiais populares, que de novo constituirão um ponto de encontro e convívio.

É muita a atividade que temos pela frente, cujo sucesso será tanto maior, quantos mais sócios e amigos consigamos envolver no desenvolvimento do nosso trabalho.

Manuel Figueiredo
Presidente da Direção



*Faça-se sócio
de A Voz do Operário
e usufrua das nossas
actividades!*

Quem lê jornais (ainda?!) sabe mais



No âmbito das comemorações dos 138 anos do Jornal a Voz do Operário realizou-se um debate sobre comunicação social com o significativo título “Quem lê jornais(ainda?!) sabe mais”. A interrogação exclamativa colocava no centro da discussão o papel exercido na atualidade pelos media, a forma como se elabora e controla a informação.

No debate, moderado, pela jornalista do jornal de a Voz do Operário Ana Goulart, participaram três jornalistas: Ribeiro Cardoso, Humberto Costa e Gustavo Carneiro. Um encontro/confronto entre as experiências de três gerações, em que os dois primeiros trabalharam em vários órgãos de comunicação social dita de referência e o último enquanto profissional de um jornal de um partido político. Um com a experiência de ter enfrentado o lápis azul da censura do fascismo, outro o progressivo e cada vez mais forte controle interno nos jornais exercido pelos chamados critérios editoriais, o último que escreve segundo uma prévia e conhecida orientação política. Três gerações com experiências bem diversas tanto no estatuto profissional como nos problemas laborais, que se alteraram radicalmente em cerca de meio século, período temporal aproximado em que decorreram e decorrem as experiências desses três jornalistas.

Começaram por sublinhar que o pluralismo informativo que explodiu no período imediato à Revolução do 25 de Abril, foi-se rarefazendo com o fim de muitos títulos, a concentração das publicações num grupo reduzido de proprietários, pelo controle exercido por grupos restritos de jornalistas que ocupam cargos de direção e chefia nos media. Concluiu-se que, na atualidade, não são

os jornalistas, mas os proprietários dos grandes grupos económicos que comandam a comunicação social, que determinam os conteúdos da informação e da opinião veiculada. Essa situação de condicionamento das notícias limita a independência informativa, tem o objetivo de orientar gostos, hábitos e comportamen-

tos. A situação a que se chegou, seguiu dois caminhos sobrepostos. Por um lado, a já referida concentração dos meios de comunicação social num cada vez mais reduzido grupo de proprietários, donos de múltiplos títulos, alguns em aparente concorrência entre si. Do outro lado centenas de jornalistas em situação laboral precária, a que se juntam muitos jornalistas reestruturados, rescindidos, atirados para a reforma nem sempre amigável e estagiários a trabalhar à borla, o que favorece o poder discricionário das direções e chefias, obviamente da confiança dos detentores dos media. Essa situação inverteu completamente as relações entre os profissionais da comunicação social que são impedidos de fazer, como antigamente, propostas de reportagens ou investigações quando colidem com as linhas editoriais, quer dizer os interesses

políticos e económicos dos patrões, em que usam todos os estratagemas até o final e definitivo, “não há dinheiro”. Paradoxalmente o jornalista afeto ao jornal partidário, acabava por ter maior liberdade no seu trabalho embora condicionado por uma visão política que é a sua. Uma situação curiosa que foi ilustrada pelo modo como a informação foi primeiro ocultada e depois filtrada nas sucessivas falcatruas bancárias acontecidas nos últimos anos em Portugal, que colocam e evidenciam as limitações na produção das notícias a que os jornalistas ficam sujeitos, na generalidade dos órgãos de comunicação social.

Um debate extremamente interessante, que justificou plenamente a interrogação (ainda?!) que o jornal a Voz do Operário intercalou no título do tema a discutir.



O passeio “A história de a Voz do Operário” passou por locais como a casa onde viveu Angelina Vidal (Chefe de redação do jornal entre 1897 e 1901), a primeira sede, a tipografia onde era impresso o jornal e a primeira escola na Calçada de S.Vicente. Contou com a participação de cerca de 40 sócios e amigos.

(Des)avaliação psicológica ou A necessidade de uma avaliação psicopedagógica

Parte I

Neste artigo propomos uma abordagem crítica daquilo que é a avaliação psicopedagógica que é hoje feita nas escolas e avançaremos também propostas para uma mudança de paradigma. Nesta primeira parte avançamos com uma contextualização mais genérica da questão. Na segunda parte, que seguirá no próximo número, vamos focar-nos em aspetos mais concretos.

A educação escolar tem como objetivo promover, de forma intencional, o desenvolvimento de capacidades e a apropriação de determinados conteúdos culturais necessários para o desenvolvimento de cidadãos ativos numa sociedade democrática. Neste contexto, é função da escola responder com eficácia ao difícil desafio de proporcionar uma cultura comum a todos os alunos e, em simultâneo, diferenciar a sua abordagem de acordo com as características e necessidades individuais de cada um.

Tradicionalmente, a escola centrou-se na satisfação de objetivos traçados em função do inexistente aluno médio recuperando a gramática prescritiva dos irmãos La Salle, ensinando todos as crianças como se fossem a mesma pessoa. Nesta perspetiva, os alunos que não conseguem alcançar os referidos objetivos são segregados das mais diferentes formas. Por exemplo, através da criação de grupos para os mais lentos ou com mais dificuldades. Este tipo de abordagem foi muito utilizado nos anos 80 e 90 e, desde então, mesmo para os mais céticos, ficou comprovada a sua ineficácia.

A colocação dos alunos em escolas de ensino especial ou na sua variante semântica ao abrigo do decreto-lei 3/2008 (decreto que regula as necessidades educativas especiais), tem sido apoiada por avaliações psicológicas descontextualizadas. Como nos lembra Giné (2004) existem alguns elementos que caracterizam esta abordagem: 1) a avaliação centra-se fundamentalmente no aluno; 2) a avaliação é feita com testes psicológicos, à margem dos contextos reais de desenvolvimento; 3) o QI transforma-se no critério para avaliar o nível de desenvol-

vimento; e 4) o défice encontrado (relativamente ao QI) transforma-se no melhor indicador para determinar os apoios necessários.

Esta abordagem, fruto da herança de um modelo clínico que tende à categorização dos alunos expressa em termos de incapacidade, que centra o seu enfoque na análise normativa das capacidades dos alunos tem-se revelado desadequada. Tal foi feito em projetos ditos inovadores, como o “Projeto Fénix” e o “Projeto Turma Mais” com 40 anos de comprovada ineficácia, recentemente desenvolvidos pelo Ministério da educação.

Apenas por inércia profissional e por insuficiência de formação estas práticas continuam a ser a maioria.

Nas últimas décadas, em concreto a partir dos anos 60 com os trabalhos de Bruner, foram numerosos os autores, por exemplo Vigotsky, Brofenbrenner, Rogoff, Wertsch, Cole, que destacaram que o desenvolvimento psicológico não se pode entender fora das relações humanas e dos contextos específicos onde este ocorre. Começou a abandonar-se a perspetiva que centra as dificuldades de desenvolvimento e de aprendizagem unicamente nos alunos e eleva-se a natureza social do desenvolvimento humano.

Parece tornar-se evidente, pelo menos para alguns de nós, que a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos dependem das experiências, das oportunidades e das ajudas que os adultos e os pares oferecem a estas crianças. Neste contexto, o processo de avaliação das necessidades dos alunos deverá, obrigatoriamente, considerar todas as variáveis que incidem na aprendizagem e no ensino: o aluno, o contexto escolar (sala, turma e escola) e o contexto familiar e social.

Sérgio Gaitas

Diretor Pedagógico do Espaço Educativo da Graça
sergiogaitas@vozoperario.pt

Escola de Futsal – a formação, também pelo desporto

Formar pessoas está na nossa génese. Formar crianças, viria mais tarde e tem sido a função central da instituição, embora não a única. Formar crianças, numa componente desportiva, é um complemento que valorizamos. Criar uma escola desportiva, virada para a comunidade, em parceria com uma coletividade histórica, parece-nos fazer todo o sentido. O que agora apresentamos, encerra tudo isto, de forma gratuita para os jovens atletas (entre os 09 e 12 anos) que queiram participar, o que nos enche de orgulho.

A criação de uma escola de futsal em conjunto com o Grupo Desportivo do Castelo, coletividade com mais de 80 anos de história, e uma tradição desportiva que atingiu grande notoriedade no futsal, marca uma abordagem à formação desportiva que se pretende organizada, cumpridora de compromissos e que defenda a presença de ambas as instituições mas, acima de tudo, os interesses dos participantes.

Os treinos das duas equipas a constituir (nascidos em 2004/05 e 2006/07), decorrem a partir de Novembro. Às terças e quintas, às 19:00 para os Benjamins (09/10 anos) e às 20:00 para os Infantis (11/12 anos), no edifício Sede d’A Voz do Operário. Para além de participações pontuais em pequenas competições, está prevista a organização de dois torneios. Um no âmbito das comemorações do 134º aniversário da nossa instituição, em Fevereiro e um outro no Dia da Criança, que é também dia de aniversário para o Grupo Desportivo do Castelo.

Para já, contamos com a vossa participação e aguardamos as vossas inscrições.

Até breve!



A “Voz do Operário” homenageia os seus sócios

A “Voz do Operário” acredita que a aproximação aos seus sócios é fundamental para a vitalidade e para o futuro da associação. Queremos ter uma convivência próxima com todos e como sabemos que existem sócios que vão perdendo o contacto com a nossa instituição, a “Voz do Operário” decidiu apostar numa iniciativa que os possa chamar de volta.

Assim, ao longo deste ano começámos a fazer almoços-convívio com entrega de novos cartões. De especial relevância destacamos os cartões Diamante (sócios com mais de 75 anos), Ouro (sócios com mais de 50 anos) e Prata (sócios com mais de 25 anos). Queríamos convidar todos os nossos sócios a participar nestas iniciativas, bem como na vida da nossa associação.

PCP apresenta proposta de passe de transportes alargado mas é rejeitada na Assembleia da República

Passe Intermodal

A proposta é simples e eficaz: um passe que pudesse abranger não só a cidade de Lisboa, como toda a sua zona metropolitana. Para o PCP o passe só faria sentido se ele incluísse todas as empresas de transportes, tanto as públicas como as privadas.

Além de integrar todos os operadores, propunha-se um alargamento da área com a criação de uma nova coroa. Os alargamentos não poderiam acarretar um aumento do preço do passe, preço que o PCP já considera elevado. O custo proposto seria de 75 euros no máximo.

Este novo passe traria grandes ganhos de mobilidade, pois os utentes além do direito a deslocarem-se segundo o eixo do passe atual, poderiam movimentar-se em todos os operadores, em toda a área até ao limite da 4ª coroa, sem pagarem mais.

O PCP apontou ainda para a necessidade de se prolongarem os horários de funcionamento, uma vez que hoje assiste-se a “praticamente um recolher obrigatório” nas palavras de Jerónimo de Sousa.

O secretário-geral do PCP acrescentou ainda “A partir de certa hora, as pessoas não se podem deslocar. A nossa proposta tem outra dimensão, porque – sendo o serviço mais barato – haverá mais utentes e isso levaria as pessoas a abdicarem do transporte individual, além da capacidade de mobilidade”.

Esta proposta vinha também acompanhada de outras medidas, como a recuperação do desconto que anteriormente existia para estudantes e reformados.

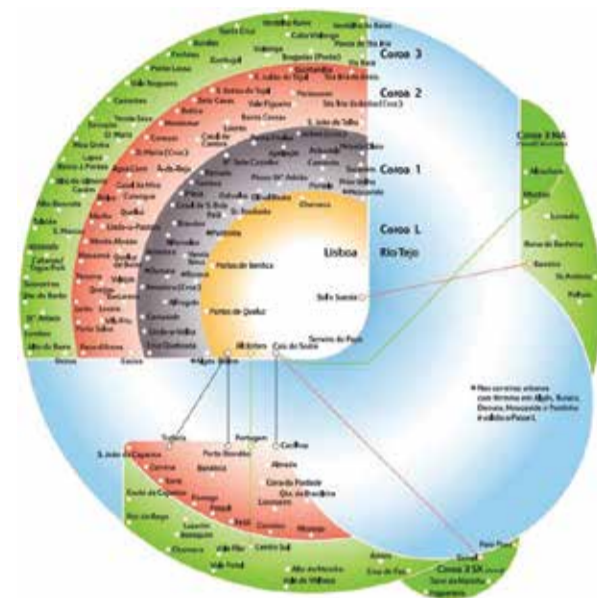
Curiosamente, apesar de em quase todos os municípios e juntas de freguesia haver moções aprovadas por unanimidade, apoiando a proposta, na Assembleia da República as mesmas forças políticas que o votaram favoravelmente, inviabilizaram-na. Ou seja, PS e PSD rejeitaram a nível nacional aquilo que aprovaram a nível local.

E se os transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa fossem gratuitos?

Quando se fala numa justa repartição do custo da mobilidade e que esta representaria uma redução de encargos para os utentes, logo os arautos do equilíbrio das contas e dos défices (a cobrir sempre à custa dos mesmos) se levantam contra o que designam por radicalismo. Por essa razão vamos deixar uma pergunta. E se os transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa fossem gratuitos? Utopia! Gritariam. Porém a utopia já se concretizou noutras sítios. Muitas cidades e regiões por esse mundo fora praticam a tarifa zero. Tal como demonstra um estudo feito por André Ramos efeito este ano, na Europa, a utopia existe em Hasselt na Bélgica (1997), em França, em Châteauroux (2001), na Área Metropolitana de Aubagne (2009), em Clomiers (1971), em Compiègne (1975), em Tallinn na Estónia (2013). Nos Estados Unidos da América, em 2012, 39 comunidades tinham transportes gratuitos. No Brasil há 12 municípios onde também não se paga nos transportes públicos. Os exemplos estendem-se à Austrália, à China, ao Canadá, à Malásia, à Tailândia.

O atual sistema de mobilidade

O sistema de passes em que assenta atualmente a mobilidade em transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa é dirigido, predominantemente ao trajeto casa-trabalho. O passe social intermodal que hoje existe já permite, dentro de Lisboa o acesso aos transportes em todas as empresas públicas. Na periferia dá acesso a três coroas, mas aí estão excluídas algumas empresas privadas, dado que as concessões não obrigam à aceitação deste título de transporte.



As duas imagens que juntamos mostram as duas situações, atual e proposta, ficando claro que milhares de utentes seriam beneficiados na sua mobilidade.

A especulação urbanística foi obrigando os trabalhadores a viverem em zonas cada vez mais periféricas. A tendência tem sido encaminhar, cada vez mais, os passes para a função económica de levar a mão-de-obra para o local onde é necessária e o seu regresso a casa para se restabelecer, caindo o custo maioritariamente sobre o trabalhador, comendo-lhe uma boa parte do salário.

Os preços dos passes empurram as deslocações para o transporte individual, como mostra um inquérito realizado pela câmara de Loures, onde 13,3% dos inquiridos afirma utilizar o carro por ser mais barato.

Quanto aos horários, outro fator que leva a optar pelo transporte individual, estes não têm em conta as necessidades reais das populações, terminando muito cedo.

Os preços têm aumentado e até o passe social foi crescendo, representando o L123 hoje 12,7% do salário mínimo nacional, quando em 1980 era de 8,7%, ou seja, o seu peso cresceu cerca de 46%.



Orçamento do Estado 2017: tudo o que precisa de saber

O orçamento de Estado para 2017 é resultado do compromisso entre o PS e o PCP, BE e PEV e de equilíbrio difícil com as exigências de Bruxelas.

Este ano a chantagem habitual que vem da Comissão Europeia parece ter-se reduzido, mas ainda assim o executivo europeu diz ter receio de um incumprimento, ainda que mínimo. E acrescenta “que pode ser contido desde que sejam implementadas as medidas fiscais necessárias”.

A verdade é que a proposta de Orçamento para 2017 prevê o menor défice na história da nossa democracia. O governo aponta para um défice de 2,4% e prevê que este seja reduzido para 1,6% em 2018. Alcançar este tipo de números não se faz sem cortes. Segundo dados do Abril Abril “os cortes vão ser na ordem de 1523 milhões de euros, atingidos através de um aumento das receitas de 3,209 mil milhões. 1282 milhões em receitas fiscais e 732 milhões de euros em contribuições sociais são os principais contributos, com destaque para os 891 milhões em impostos indiretos.”

Ao mesmo tempo que pratica estes cortes, o Governo prevê gastar mais 1295 milhões de euros, particularmente em prestações sociais – mais 502 milhões – e com o aumento dos juros da dívida pública em 278 milhões.

Assim sendo a Comissão Europeia afirmou que Portugal poderá finalmente encerrar o “Procedimento por Déficit Excessivo” e não verá os fundos comunitários cortados. A reposição dos salários e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores não é compatível com a

visão económica que vem do executivo europeu. No entanto, foi este o propósito deste governo sustentado pela esquerda parlamentar, ainda que pudesse ter ido bastante mais longe. O maior constrangimento para que tal não aconteça vem mesmo do compromisso, que o governo insiste em não romper de pagar os juros da dívida, fator considerado essencial por vários sectores das esquerdas.

O Orçamento é marcado por uma tímida reposição de salários e direitos, por um lado, pelo aumento de impostos indiretos, por outro e ainda pelo cumprimento das exigências de Bruxelas.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2016 foi revisto em baixa pelo governo do PS ficando apenas nos 1,2%, o que é insuficiente para uma retoma da economia. A quebra no investimento público mantém-se.

Para 2017, a previsão de crescimento do PIB é de 1,5%, uma redução de 0,3 pontos percentuais relativamente ao Plano de Estabilidade apresentado em Março. A redução no consumo público, ligada ao congelamento de salários, à precariedade e ao desemprego explicam estes números.

Principais medidas do O.E

Sobretaxa do IRS

As regras da sobretaxa vão mudar. Para o segundo escalão – 7 mil a 20 mil – a sobretaxa vai acabar em Janeiro. Para o terceiro escalão – de 20 mil a 40 mil – a sobretaxa de 0.88% vai-se manter até Junho. Para o quarto escalão – de 40 mil a 80 mil – a sobretaxa de 2.75% vai acabar em novembro.

Alívio no IRS

Além do fim gradual da sobretaxa, também a atualização dos escalões à taxa de inflação dá uma ajuda no alívio fiscal do IRS.

Imposto sobre bebidas com açúcar

O imposto sobre bebidas a que tenha sido adicionado açúcar, ou outros edulcorantes, vai significar um aumento de oito a 16 centavos por litro, dependendo da quantidade de açúcar. O preço da Coca-Cola, por exemplo, sobe 20%.

Imposto Sobre Veículos aumenta

O Imposto Sobre Veículos também vai aumentar. O imposto é calculado com base na cilindrada e na emissão de dióxido de carbono.

Imposto de circulação também sobe

O Governo vai aumentar o Imposto Único de Circulação em 0,8% em 2017 e introduzir uma taxa agravada para os veículos mais poluentes, podendo o acréscimo chegar aos 8,8%.



Tabaco mais caro

O imposto sobre cigarros, charutos, cigarrilhas e cigarros eletrónicos vai subir. É expectável que haja subidas a partir de cinco centavos no preço final.

Taxa sobre as munições de armas

O Governo decidiu criar uma nova taxa de 0,02 euros sobre as munições de armas que contenham chumbo. A taxa será cobrada aos produtores ou importadores deste produto, mas deverá depois repercutir-se nos consumidores destas munições, nomeadamente os caçadores.

IMI

As regras do IMI também vão mudar mas só para imóveis de valor elevado. Imóveis habitacionais com valor acima dos 600 mil euros vão pagar um imposto adicional de 0.3%. Imóveis habitacionais acima de 1 milhão vão ser taxados a 1% de imposto adicional. Imóveis dedicados a comércio e serviços, indústria e indústria ficam isentos.

Turismo Regional

O governo vai reservar 16 milhões para o turismo regional.

Pensões

As pensões mais baixas vão ter um aumento, extra à inflação, de seis euros em Agosto. As pessoas que recebem pensões, sociais, rurais ou o primeiro escalão das pensões mínimas vão ver as suas pensões atualizadas à inflação em Janeiro e vão ainda receber um aumento extraordinário em Agosto de 2017. Estão em causa todas as pensões até 628 euros. Esta proposta veio do BE mas o PCP queria ver um aumento extraordinário de 10 euros e diz que acredita que esta mudança ainda possa ser feita no debate da especialidade.

Educação

· 370 mil crianças com manuais gratuitos. Os manuais escolares vão passar a ser gratuitos para todo o primeiro ciclo do Ensino Básico. Também a Acção Social Escolar terá um reforço de 3,3% (8 milhões de euros).

Travão ao aumento das custas judiciais

PSD e PCP querem que as custas de acesso à Justiça não aumentem. Os comunistas vão mais longe e querem reduzir o valor da conta processual de 102 euros para 100 euros em 2017. Além disso vão passar a estar isentas de quaisquer custas as vítimas de crimes de escravidão, tráfico humano, violação e as vítimas de mutilação genital feminina.

Dedução do IVA dos passes de transportes públicos avança

A dedução à coleta do IVA dos passes dos transportes públicos vai avançar. Esta proposta veio dos Verdes e promove mudanças no código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, passando a estabelecer que “é ainda dedutível à coleta (...) um montante corres-

pondente a 100% do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar, com a aquisição de passes mensais para a utilização de transportes públicos coletivos”. A proposta prevê “a dedução à coleta em IRS do valor total do IVA das despesas com a aquisição de passes sociais até um total de 250 euros do IVA. Esta dedução vai entrar naquilo que atualmente existe no incentivo fiscal para quem pede faturas com número de contribuinte nos cabeleireiros, restaurantes, oficinas de automóveis e veterinários, segundo dados do Público.

mento de taxas moderadoras. O PCP acrescenta que os produtos dietéticos e suplementos alimentares para bebés prematuros devem ser comparticipados a 100%, além do aumento da quota de medicamentos genéricos para 40%. Já o CDS propõe uma redução extraordinária dos pagamentos em atraso nos hospitais-empresa.

· Novo hospital na Madeira para 2017. O O.E vai contribuir com 50% das verbas.

Trabalhadores do Estado:

· O subsídio de alimentação na função pública sobe 50 cêntimos em dois momentos diferentes: metade em Janeiro, metade em Agosto, o que colocará o subsídio nos 4,77 euros por dia. Este vai ser o único incentivo dado aos funcionários públicos, já que tanto carreiras como salários continuam congelados.

Para 2017, o Governo aponta para um défice de 2,4% e para um crescimento de 1,5%.



Partidos entregaram mais de 400 propostas de alteração à versão inicial do Orçamento para 2017, sendo que o PCP foi o partido que mais propostas apresentou e o PSD o que menos propostas apresentou.

· Refeições escolares nas deduções de educação do IRS. O Governo comprometeu-se a rever o regime das deduções das despesas de educação no IRS para passar a incluir as refeições. A solução desenhada impede que estas despesas sejam duplamente dedutíveis no IRS.

· Congelamento de propinas para o próximo ano letivo. Esta medida vai contra aquilo que o governo tinha estabelecido anteriormente mas o PS defende que este congelamento deve ser feito apenas como medida excecional. PCP e BE pretendem que seja permanente.

Preços regulados nas botijas de gás

· Proposta que vem do PCP e prevê a regulação deste tipo de gás. Na proposta apresentada os comunistas lembram que uma análise desenvolvida pela Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis em 2014 mostrou que o preço mínimo observado no butano era superior em 50% ao preço do gás natural.

Saúde

· BE e PCP pretendem que os doentes crónicos fiquem isentos do paga-

mento de taxas moderadoras. O PCP acrescenta que os produtos dietéticos e suplementos alimentares para bebés prematuros devem ser comparticipados a 100%, além do aumento da quota de medicamentos genéricos para 40%. Já o CDS propõe uma redução extraordinária dos pagamentos em atraso nos hospitais-empresa.

· Os trabalhadores das empresas públicas verão alguma progressão nas carreiras mas de forma gradual. O pagamento do subsídio de refeição, do trabalho noturno e das horas extra vão voltar a ser feitos com base nos contratos coletivos de trabalho. A reposição dos direitos já adquiridos também vai ser faseada: metade em Julho de 2017 e outra metade em Janeiro de 2018.

· Integração dos trabalhadores precários nos quadros até ao final de Março, ou seja, integração de todos aqueles que desempenhem funções permanentes.

Empresas

· empresas de exames e dispositivos médicos vão pagar uma contribuição extra. Esta comparticipação vai incidir sobre o valor de vendas. Ficarão isentas as entidades que adiram a um acordo para a sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde.

· apoios à fixação no interior para as mi-

cro, pequenas e médias empresas. As empresas com volume de negócios até aos 15 mil euros vão ter uma redução da taxa de IRC dos actuais 17% para 12,5%.

Mais do que triplica o abono para crianças de um a três anos

O valor máximo do abono de família, que agora é um exclusivo das crianças com menos de um ano, será alargado até aos três.

Mais imposto sobre o alojamento local

O alojamento local (de que faz parte o alojamento de turistas através de plataformas como o AirBnB) será alvo de um aumento de imposto. Até aqui, eram taxados 15% das receitas. O Governo pretende aumentar esta parcela para 35%.

Indexante de Apoios Sociais atualizado a partir de Janeiro

O valor deverá rondar os 422 euros, influenciando positivamente algumas prestações sociais.

Cátia Rodrigues

Já depois de termos realizado a entrevista, o governo decidiu retroceder na sua intenção de privatizar o Forte de Peniche. Isto depois da circulação de uma petição que visava impedir esta medida. Ainda assim, decidimos publicar a entrevista porque esta assume uma enorme lucidez e atualidade perante os últimos acontecimentos na cena internacional.

Não nos esqueçamos do Fascismo

Nos últimos anos temos assistido a vozes académicas a classificar a ditadura de Salazar como “não fascista”. Aceita esta consideração ou será que estamos perante um branqueamento do nosso passado fascista, ou até mesmo perante um “negacionismo” histórico?

Eu creio que todas essas nuances se inserem num mesmo objetivo. Por um lado numa linha de branqueamento e por outro o fazer esquecer esse passado. Nós não usamos o termo “Estado Novo”. Essa era a designação que os próprios fascistas usaram para se classificar. O que houve em Portugal foi um Estado fascista, com características identificadas como fascistas. Foi um regime assente na violência, na supressão da liberdade, na sua ligação aos grandes grupos económicos e financeiros.

Há quem negue que tenha existido em Portugal fascismo através de uma elaboração teórica, dizendo que o regime de Salazar não teve as mesmas características que existiram em Espanha ou Itália ou até mesmo Alemanha. Isto é, criam um modelo teórico e depois procuram encaixar a realidade nesse modelo. Essa linha tem vindo a crescer. A seguir ao “25 de Abril” ninguém se atrevia a dizer que não tinha havido fascismo. Há aqui uma linha, sem dúvida, de branqueamento. Alguns falam de regime totalitário, autoritário, etc. A palavra “fascismo” parece que queima. A par disso, há toda uma linha de desvalorização da resistência. Nós não ignoramos, nem deixamos de valorizar o papel que os militares tiveram no derrubamento da ditadura, mas isso não é separável da resistência. A própria tomada de consciência nos setores militares não é separável dos anos de resistência, da luta anticolonial. Isto é tanto mais grave por duas razões: em primeiro lugar porque grande parte da população atual já nasceu depois do “25 de Abril” e portanto têm a liberdade como modo de viver normal. Não conhecem o que foi o fascismo. E este apagamento tem como consequência levar a que as jovens gerações não tenham o entendimento de que a liberdade em que vivem foi conquistada, que implicou sacrifícios. E quem não conhece o passado, não

está em condições de defender o presente e o futuro. A outra questão é que nós vemos por toda a Europa o renascer de tendências fascistas. Chamam-lhe “populismo”, que é um termo um bocado impróprio. Este termo esconde e apaga aquilo que, nalguns casos, são partidos fascistas. Tendo em conta a crise do capitalismo, que se vai agravando, tendo em conta os milhões de pessoas que não conseguem vislumbrar um horizonte, torna-se muito fácil cair na malha da demagogia, das soluções fáceis. É neste quadro que todo o branqueamento e apagamento do passado fascista assume uma enorme gravidade.

Acredita que a tentativa da concessão do Forte de Peniche aos privados se insere neste quadro geral de esquecimento e branqueamento do fascismo?

Sim, sem dúvida. Antes de mais, em relação ao Forte de Peniche, tenho de referir a gravidade que é o Estado começar a vender o seu património cultural. A Fortaleza de Peniche, para além do mais, tem um passado histórico, pelas funções que desempenhou como fortaleza em termos de defesa do país. E depois temos de falar do simbolismo do Forte. Aqueles edifícios podiam não ter lá nada. O que lá está como museu não está á altura mas aquelas pedras, aquelas paredes, aquelas grades são símbolos. Traduzem uma realidade. Criar ali um hotel de charme (o próprio termo já é insultuoso) só pode ser entendido como um querer apagar um dos poucos símbolos que ainda restam. Não temos quase mais nada. A Maria Cardoso, que era a sede da PIDE já lá vai. O Aljube, felizmente, conseguiu-se salvar. Caxias está transformada numa cadeia comum. O edifício está lá mas não está assinalado como aquilo que foi durante o regime fascista. Resta Peniche. O pensar-se que ali se pode fazer um hotel já é uma coisa absurda, do ponto de vista histórico e do respeito pela memória da vida das pessoas que ali passaram e que lutaram pela liberdade. Mostra também o desprezo que os governantes têm por esta memória.



Domingos Abrantes
Resistente antifascista

Parece-lhe que a sociedade portuguesa tem reagido a esta questão ou tudo isto tem passado um pouco ao lado da generalidade das pessoas?

Eu acho que as pessoas têm-se manifestado contra esta medida, até curiosamente algumas pessoas da direita. Alguns milhares de pessoas até já subscreveram a petição que apela a que no Forte de Peniche se possa fazer um verdadeiro museu e não uma concessão a um privado. Não creio que a comunicação social tenha dado muita relevância a esta questão, mas creio que, em geral, nos meios democráticos, as pessoas se têm indignado contra este projeto. Sinceramente, acho que esta ideia não passaria pela cabeça de ninguém em nenhuma parte do mundo. E a minha esperança é que este projeto não passe. O absurdo é tal que não creio ser possível. Isto é uma indignidade.

Gostaria que me falasse um pouco da experiência da transformação do Aljube num museu. Poderá ser um modelo a ser repetido?

Em boa hora se salvou o Aljube. Podemos pensar que poderia ter mais ou outra coisa, mas é um museu que está no centro da cidade, numa cadeia que também teve as suas características próprias. Este museu permite transmitir às novas gerações, e não só, aquilo que foi o fascismo, o que foi a resistência. É um museu que tem iniciativas com as escolas, faz lá debates. Pode ser um polo de esclarecimento de uma realidade negra, que



Domingos Abrantes é um histórico comunista. Nasceu em 1936 e tornou-se membro do PCP em 1954 e desde 1956 que é funcionário do partido. É membro do Comité Central desde 1963. Foi preso pela primeira vez em 1959. Participou da famosa fuga de Caxias em 1961 e passou à clandestinidade. Voltou a ser preso em 1965 e só saiu em 1973. Foi deputado pelo PCP entre 1976 e 1995. Hoje é Conselheiro de Estado.

foram os 48 anos de fascismo e também sobre a resistência e luta a essa realidade, visto que são duas coisas inseparáveis. Naturalmente Peniche tem características diferentes. O modelo não é repetível. Desde logo pela dimensão. Peniche tem muitos máis edifícios. Entendemos que nem todos os edifícios devem fazer parte de um futuro museu mas não podemos aceitar que a cadeia seja transformada, mesmo que não na sua totalidade, num hotel ou numa outra coisa qualquer. A cadeia em si mesmo não pode ser destruída. Seria como chegar a um campo de concentração e destruir os fornos de cremação e deixar lá uma placa a explicar o que lá existiu em tempos. A manutenção do espaço enquanto cadeia já é em si mesmo importante. Do ponto vista museológico, o que lá está é fraquíssimo. Já houve um projeto para um aproveitamento global da fortaleza para a criação de um museu mais alargado, mas isso foi sempre encontrando obstáculos. A nossa batalha é em primeiro lugar impedir a privatização. Não nos podemos esquecer que ali se realizaram das fugas mais espetaculares durante o fascismo. Havia também uma vinculação grande entre a população de Peniche e os presos políticos, como não houve em nenhuma outra cadeia. Além disso aquela cadeia desperta o interesse das pessoas. À fortaleza vão no mínimo 150 mil pessoas por ano e o museu (e chamar àquilo museu já é uma benevolência) cerca de 40 mil pessoas. Vem pessoas de todo o país ver este complexo. Vale a pena travar a batalha para que possa haver ali o museu. Aliás, talvez seja o espaço que melhores condições reúne para ser um símbolo da repressão fascista, mas isto requer vontade política.

Como é que encara o facto de ter sido um governo dito de esquerda a avançar com esta ideia de privatização?

Diz bem, dito de esquerda, porque, de facto, um governo de esquerda não fazia isto. O PS, tal como os partidos de direita, está envolvido nas fúrias privatizadoras. Tudo se vende. Só que esta venda é mais grave. Pode não ser mais grave do ponto de vista da economia. Naturalmente que a privatização de uma grande empresa ou de um banco tem um efeito mais grave. Mas há ali problemas muito maiores. Tem a ver com a nossa história, o nosso passado, o respeito pelas pessoas que ali estiveram presas pela luta pela liberdade e isso não pode deixar de nos chocar. Aliás quem tem sempre colocado os maiores obstáculos à feitura de um museu a sério ali tem sido o Partido Socialista. Já houve resoluções de anteriores governos para se criar ali um museu mas foram metidas na gaveta. Tem que se exigir que o governo assuma a sua responsabilidade institucional.

Que projeto de museu gostaria de ver implementado em Peniche?

O PCP tem apresentado vários projetos para que possa haver ali um museu condigno. O museu que nós temos defendido é um museu que desse a explicação do que foi aquela cadeia como instrumento do fascismo. Aquela prisão tinha características muito particulares. Em Peniche, convém lembrar, que era uma cadeia para presos condenados e por isso as pessoas ficavam ali anos a fio. Depois era uma cadeia do tipo penitenciário, ou seja, confinava

os presos a um grande isolamento. Era além disso uma cadeia gélida. Estava afastada dos meios urbanos, o que fazia com que fosse muito difícil para a família dos presos irem lá visitar. Tinha um regime que era assente na violência, na arbitrariedade, marcado por tendências nazis.

O museu tem de mostrar aquilo que era o dia-a-dia dos presos. Mas isto não chega. Tem de ser um museu que explique o que é o fascismo, que explique o que foi a resistência e que leve a mensagem que nunca devemos voltar a esse passado. Um museu que fomente o repúdio pelo fascismo e o amor à liberdade e convicções democráticas. Penso que isto deveria ser uma exigência para o nosso país.

Será este um sinal dos tempos? Teremos esquecido demasiado o fascismo?

Isto é muito perigoso. Há quem procure dar a ideia que o fascismo é apenas uma coisa do passado e que não volta a acontecer. Isso é que é o grande erro. Nós hoje vemos partidos fascistas em vários parlamentos e até governos. Haverá algumas diferenças certamente. Mas como a experiência mostra, num quadro de profunda crise do capitalismo, os capitalistas quando não conseguem resolver os seus problemas de uma maneira dita democrata, quando os próprios mecanismos democratas já se tornam um entrave à superação da crise, recorrem a métodos fascistas. Nós vemos uma evolução no mundo extremamente preocupante.

Cátia Rodrigues

Convento de São Paulo na Serra da Arrábida inicia reabilitação depois de 50 anos de abandono

Associação de Municípios da Região de Setúbal, proprietária da Quinta de S. Paulo assinou contrato para obras que vão permitir usufruto do monumento do século XIV.

O Convento de São Paulo, monumento de 1383, construído numa das encostas da Serra da Arrábida, e que se encontra encerrado há 50 anos, vai voltar a poder receber visitas em 2017 depois de obras de reabilitação que começam já no próximo mês.

A Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) adjudicou o contrato de reabilitação à “Signinum, Gestão de Património Cultural” uma empresa especializada nesta área. A obra, no valor de 400 mil euros, tem um prazo de execução de seis meses. O acordo prevê a reabilitação de grande parte do Convento de São Paulo, designadamente do claustro, da nave da igreja e do antigo refeitório e respetiva cozinha, espaços que a AMRS pretende vir a utilizar para eventos culturais “promovidos por entidades públicas”, como os nove municípios que integram a associação e para visitas programadas.

Segundo a secretária-geral da AMRS, Fátima Mourinho, não está prevista a abertura ao público do convento, em permanência, nem qualquer utilização turística do espaço. A associação rejeita qualquer hipótese de “mercantilização” deste património, venceu Rui Garcia.

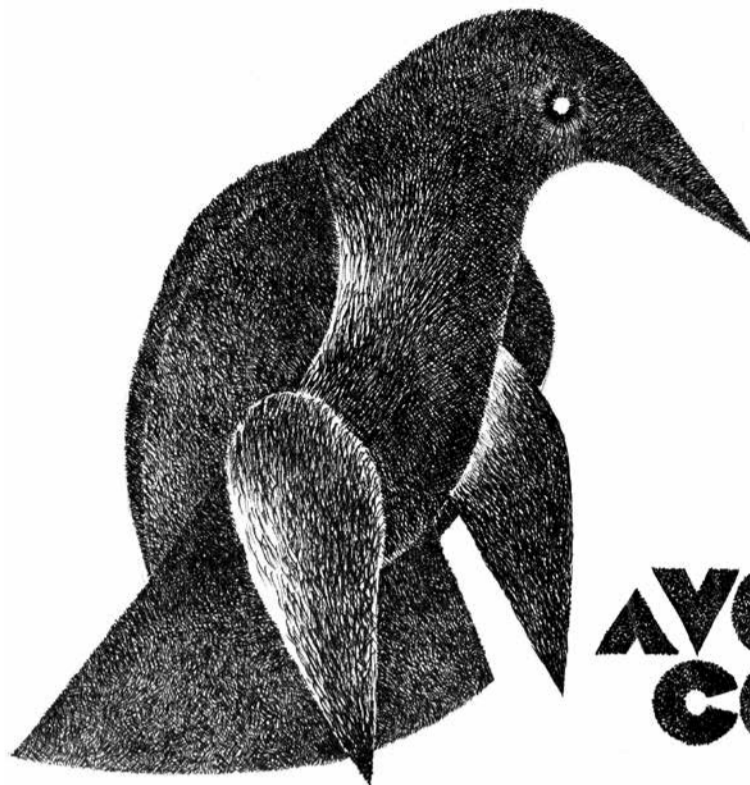
Área Metropolitana de Lisboa defende a valorização da escola pública

Segundo a agência de notícias “Lusa” o conselho metropolitano de Lisboa aprovou este mês um documento em que afirma que “o sistema público de educação e ensino é fundamental para a concretização do direito à educação a todos os portugueses em todos os níveis de ensino”.

Segundo o documento, os municípios têm investido “recursos significativos” em equipamentos educativos nos níveis de ensino da sua responsabilidade, o que não acontece com o Ministério da Educação e Ciência (MEC), “que nos últimos anos desinvestiu fortemente em equipamentos do segundo e terceiro ciclos”.

Os autarcas da AML consideram que é urgente que o MEC “dignifique as carreiras docentes e não docentes, enquanto agentes educativos com um papel fundamental no processo pedagógico”.

Consideram ainda que o MEC deve garantir que “a escola pública é dotada de pessoal docente, administrativo, técnico e auxiliar de ação educativa em número suficiente e com formação adequada”. Além do alargamento dos apoios para alunos com necessidades educativas especiais, e a revisão das cartas educativas, o conselho metropolitano defende também o reforço da ação social escolar, para apoio às famílias carenciadas, nomeadamente em relação aos manuais escolares.



**VOZ do
CORVO**

Viva o 5 de Outubro de 2016!

O leitor desta crónica com certeza estranhará que ao fim do primeiro parágrafo ela se apresente sem relação com o título, fale de um escultor, das vicissitudes da Arte Pública e tudo à escala da “Pequena História”, muito embora, esta seja, muitas vezes, ali-cerce da “Grande História”.

Jorge Vieira (1922-1996) foi um escultor português de percurso raro entre nós: seguindo uma vocação tardia, concluiu o curso de escultura da Escola de Belas-Artes de Lisboa em 1953. Pouco tempo depois foi o primeiro classificado no concurso de homenagem ao prisioneiro político desconhecido, promovida pelo “British Institute of Contemporary Arts”.

Isto, nos anos de chumbo do final da década de cinquenta do século passado, foi uma pedrada no charco que a censura e o governo de então tudo fizeram para ocultar e só depois do 25 de Abril é que uma Câmara do Alentejo concretizou a ideia.

Alguns anos após ter concluído o curso, Jorge Vieira, por indicação de um jovem arquiteto, foi encarregado de conceber uma grade metálica que constituiria a fachada de um banco, no Chiado, em Lisboa. Obra notável, que mais tarde banqueiros, avessos à modernidade, impiedosamente lançaram para a sucata e cujos restos desapareceram ou terão sido fundidos.

Refugiou-se depois Jorge Vieira na intimidade do desenho, das pequenas peças em terracota e em raras intervenções de arte pública (aquela que qualquer um pode ver e apreciar em ruas, praças e jardins) e essas quase exclusivamente por encomenda privada em edifícios de habitação ou estabelecimentos comerciais.

Foi preciso a Revolução para que a obra de Jorge Vieira ganhasse direito ao espaço público em dimensão adequada: no Homem-Sol da Expo98, no conjunto à entrada sul da Ponte Vasco da Gama, ou intervenções na Praça do Município.

É aqui que se começa a explicar o sentido do título desta crónica – o incêndio que destruiu parcialmente o edifício dos Paços do Concelho de Lisboa, no dia 7 de Novem-

bro de 1996, permitiu que uma proveitosa coincidência de valores políticos e culturais chamasse Jorge Vieira a colaborar nas tarefas de renovação do largo em frente do edifício. E foi assim que ele foi encarregado de, através de elementos escultóricos, assinalar os acessos ao estacionamento construído no sub-solo da praça. Um baixo-relevo em mármore rosa de Estremoz na caixa do elevador (hoje infelizmente afetado pela proximidade de um quiosque “piroso” na sua imitação ao passado), uma grade na rampa do acesso automóvel onde elementos antropomórficos tanto prefiguram uma espécie de pauta de música, como uma pequena multidão que Jorge Vieira apelidava de “os republicanos” e, ainda, um grupo de três figuras junto à escada de acesso de peões e que razões entre o trágico e o cómico tomaram protagonistas desta crónica.

A recuperação do edifício e o arranjo da praça quando o governo da Cidade coube a uma coligação de esquerda na Câmara e na Assembleia Municipal fizeram àquele sítio as comemorações e o espírito republicano.

Durante alguns anos assim foi até que o cinzentismo fez envergonhar a festa e a recolheu para dentro de casa e longe do povo. E foi por essa altura que alguém “iluminado” entendeu que aquele grupo de figuras, de ferro e pintadas de encarnado, não tinham dignidade suficiente para estarem presentes e verem passar a Guarda Republicana e a charanga, os Presidentes e outros Altos Dirigentes do Estado. As figuras foram retiradas e só recolocadas dias depois da ocorrência. Durante três ou quatro anos o grupo foi sujeito a este bizarro exílio cultural a ponto de as suas peanhas terem sido dotadas de porcas e parafusos a fim de facilitar a sua detenção longe das visitas.

Aleluia!

Neste 5 de Outubro de 2016, as esculturas lá estavam mais o Presidente da República e o Povo e sem censura a cerimónia recuperou sentido e dignidade.

Francisco Silva Dias

Milhares de idosos desconhecem que têm direito a um complemento solidário

O ministro do Trabalho e da Segurança Social apresentou este mês uma campanha de divulgação do “Complemento Solidário Para Idosos”. Segundo os dados divulgados por Vieira da Silva atualmente o apoio abrange cerca de 160 mil pessoas. Ainda assim, há cerca de 146 mil pensionistas que, reunindo as condições necessárias para aceder à prestação, não estão a

vista vai dar passos importantes na recuperação de condições de vida de muitos idosos. Ainda assim, é crucial o alargamento das condições de acesso e, acima de tudo, o aumento digno das pensões e reformas que permitam uma vida de qualidade a esta população, independente de apoios pontuais à mercê da vontade de cada Orçamento do Estado.



receber por não conhecerem as regras de acesso. Para ajudar ao esclarecimento, o Instituto da Segurança Social vai enviar cartas a estes idosos. Já está criada uma linha telefónica para tirar dúvidas: 300 513 131. Além disso, cartazes, filmes para a televisão, um spot na rádio e a ajuda de agentes da polícia são algumas das estratégias que vão ser usadas. Os beneficiários têm também descontos na saúde, com a comparticipação de 50% nos medicamentos, e na Tarifa Social de Eletricidade e de Gás Natural. Desde 2009 que não existia uma campanha para divulgar o CSI.

As condições de acesso a este complemento exigem, além da idade de 66 anos e 2 meses, que o idoso requerente deste apoio possua recursos iguais ou inferiores a 5059€/ano, caso viva sozinho. Se for casado o rendimento pode ser até um máximo de 8053 euros. Para esta avaliação são contabilizados os recursos do próprio, da pessoa com quem está casado ou com quem vive em união de facto há mais de 2 anos, mas também os rendimentos dos seus filhos. Este último critério pode potencialmente afastar muitas pessoas deste direito. Para aceder ao CSI a pessoa idosa terá de preencher seis formulários e entregar um extenso conjunto de documentos. O CSI é pago, caso seja aceite, a partir do mês seguinte ao seu pedido.

A campanha de esclarecimento pre-

Entre dezembro de 2011 e setembro de 2016, com o governo PSD-CDS, 75 mil pessoas perderam o direito a esta prestação social, ao mesmo tempo que a pobreza nesta camada populacional aumentava mais de 2%. O atual governo quer agora inverter os dados. O envelhecimento demográfico é uma realidade à qual a sociedade atual não tem sabido responder. O artigo 72.º da Constituição da República Portuguesa consagra o direito das pessoas idosas à segurança económica, a condições de habitação e à sua participação social. Ainda assim, os últimos dados revelam que, entre 2013 e 2014, os portugueses perderam cerca de três anos de esperança de vida saudável. Num cenário de pensões abaixo dos 250€, com os idosos a assumirem-se muitas vezes como a única fonte ou como uma das fontes de rendimento das gerações descendentes, com o aumento das rendas de habitação provocado pela lei do anterior governo, entre tantos outros ataques, torna-se fácil perceber porque estão as metas para 2020, assumidas pela Direção Geral de Saúde, longe de serem alcançadas. Ainda que a divulgação e alargamento a mais pessoas deste complemento seja um passo na direção certa, há muito ainda por fazer.

Rita Governo
Coordenadora dos Serviços Sociais



saúde

Tenha cuidado: não abuse dos antibióticos e dos anti-inflamatórios

Há uma tendência, generalizada em Portugal, para tomar medicamentos por tudo e por nada, especialmente os antibióticos e os anti-inflamatórios.

A toma desta medicação dá-se muitas vezes com pressupostos errados, ou seja é usada para tratar doenças que não consegue tratar. Mesmo quando a medicação está adequada à patologia, é prejudicial se for tomada em demasia. Assim há que chamar a atenção para estas situações.

Começamos pelos antibióticos. Existem doenças que são causadas por vírus e outras por bactérias. Os antibióticos devem ser tomados apenas quando se trata de combater bactérias danosas. Por vezes as pessoas têm antibióticos que guardam em casa e tomam para resolver doenças que não são causadas por bactérias. Um exemplo claro é o caso da constipação. Quando se tem apenas uma constipação não se deve tomar antibióticos, uma vez que estes não tratam esta patologia.

Quando se toma antibióticos sem necessidade, o organismo pode reagir de várias maneiras e acaba por criar resistência a eles.

A outra situação prejudicial é quando se exagera no uso dos antibióticos. Mesmo que esteja a tomar o medicamento adequado, se tomar em demasia pode acabar por afetar as bactérias boas e necessárias ao organismo, o que pode gerar dores de estômago e/ou gases. A toma de antibióticos em quantidades exageradas pode também levar à habituação, ou seja as bactérias começam a acostumar-se ao antibiótico, criando resistências fazendo com que mais tarde os antibióticos deixam de atuar.

Ainda neste sentido, um estudo da Universidade de Helsínquia (Finlândia) comprovou que as crianças que tomaram muitos antibióticos antes dos dois anos, podem mais tarde desenvolver asma ou obesidade, uma vez que pode levar a uma alteração da flora bacteriana intestinal.

Por fim, quando falamos de antibióticos mesmo que estejam a ser usados no caso certo e não se esteja a exagerar, há que ter atenção outros fatores.

Nunca se deve tomar suplementos alimentares, mesmo os chamados naturais, quando se está a tomar um antibiótico sem antes consultar o seu médico. Os suplementos podem vir a afetar a absorção dos antibióticos, podendo potenciar ou diminuir a sua ação. Deve também ter em atenção que não se deve tomar antibióticos com leite, pois o cálcio que o leite contém pode interferir com algum dos componentes do antibiótico.

Quando falamos de anti-inflamatórios convém termos os mesmos cuidados. Ou seja, usar só em situações adequadas e não abusar deles. Usando novamente um exemplo comum, há quem tome anti-inflamatórios até para tirar uma dor de cabeça, o que não é adequado.

Os anti-inflamatórios são medicamentos que combatem as inflamações. Existem dois tipos de anti-inflamatórios: os esteroides ou corticoides e os não esteroides (AINEs).

Os anti-inflamatórios não esteroides têm também uma ação analgésica, por isso deve-se ter cuidado quando se tem tendência para dores de estômago, úlceras do estômago, gastrites etc. São exemplo deles o “ibuprofeno”, “indometacina”, entre outros, que tantas vezes as pessoas tomam sem consultarem o seu médico.

Tal como os antibióticos, não se deve tomar anti-inflamatórios sem consultar um médico para que se evite um uso errado ou exagerado.

Lina Seabra-Diniz
Médica

ADSE não é um seguro de saúde

A ADSE não é um seguro de saúde como alguns pensam ou afirmam. E isto por várias razões.

Em primeiro lugar, o seu objetivo não é o lucro como acontece nas seguradoras que vendem seguros de saúde privados – para estas a saúde é um negócio, um meio para obter lucro. Em segundo lugar, o funcionamento da ADSE assenta na solidariedade interprofissional e intergeracional, o que também é diferente do que acontece num seguro de saúde privado. A contribuição de cada beneficiário é proporcional ao seu rendimento, não sendo igual para todos, apesar dos benefícios serem iguais, o que, mais uma vez, não acontece nos seguros privados de saúde. Em 2014, 41.616 titulares da ADSE estavam isentos do pagamento de contribuições por receberem pensões inferiores ao salário mínimo nacional. Também estavam isentos mais de 400.000 familiares. Dos não isentos, 54.889 pagavam até 20€ por mês; 275.385 entre 20€ e 40€ por mês; 137.163 entre 40€ e 60€; 120.797 entre os 60€ e os 80€; 103.479 entre os 80€ e 100€ por mês; e 59.492 pagavam contribuições iguais ou superiores a 100€ por mês. Portanto contribuições diferentes de acordo com os diferentes rendimentos dos titulares (solidariedade interprofissional), apesar de terem direitos idênticos, o que não acontece num seguro privado de saúde. Na velhice, embora os custos com saúde mais que tripliquem, a ADSE não obriga nem a pagar mais nem os expulsa do sistema, como fazem muitas vezes os seguros privados de saúde (solidariedade intergeracional).

Ao contrário do que se tem vindo a fazer circular, a ADSE não pode abranger todos os portugueses. Em primeiro lugar, porque faz parte do “Estatuto Laboral dos trabalhadores da Função Pública” e, conseqüentemente, só pode abranger os trabalhadores no ativo e aposentados das Administrações Públicas. Em segundo lugar, a ADSE só é financiada com os descontos dos trabalhadores e dos aposentados da Função Pública. Estes, para além de pagarem impostos como qualquer português, contribuindo assim para o financiamento do Serviço Nacional de Saúde, também descontam dos seus salários e pensões 520 milhões € por ano para

pagar as despesas da ADSE. A ADSE não é um privilégio dos trabalhadores e aposentados da Função Pública pois, estes para a ter, descontam 3,5% dos seus salários e remunerações para além dos impostos que pagam como qualquer português. O Estado praticamente não contribui com nada para o financiamento da ADSE.; pelo contrário, muitas vezes utiliza o dinheiro dos descontos dos trabalhadores e aposentados para pagar despesas suas, que não têm nada a ver com a ADSE. Se a ADSE abrangesse todos os portugueses, transformar-se-ia num grande seguro nacional de saúde, deixaria ter as características que tem hoje (perderia o seu caráter redistributivo), e seria um poderoso instrumento utilizado pela direita e pelas seguradoras para concorrer e destruir o SNS.

Ainda assim, a ADSE prepara-se para sofrer eventuais mudanças e poderá ser transformada num instituto público de gestão. Os trabalhadores e os aposentados da Função Pública, apesar de serem os únicos financiadores, não têm, na situação presente, qualquer controlo sobre a gestão do dinheiro que descontam para a ADSE. O atual governo colocou em discussão pública até ao dia 27 de Nov.2016, um projeto de decreto-lei que visa substituir a atual Direção Geral ADSE por um instituto público de gestão participada denominado ADSE, IP. Segundo esse projeto, o instituto terá um órgão de fiscalização – o conselho geral de supervisão – em que participarão os representantes dos trabalhadores e dos aposentados da Função Pública. Este órgão para além de ter poderes de supervisão e fiscalização da gestão da ADSE indicará um ou dois vogais para o conselho diretivo. Se este instituto for criado, os trabalhadores e aposentados, através dos seus representantes, terão a possibilidade de controlar a forma como são geridos e aplicados os dinheiros que descontam para a ADSE.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt

Eleições nos Açores PS mantém maioria absoluta embora com menos votos e mais abstenção

As eleições regionais nos Açores que aconteceram no passado dia 16 de Outubro colocam esta região no mesmo rumo político que tem vindo a ser seguido. O Partido Socialista manteve a maioria absoluta com 46,4% dos votos, elegendo 30 deputados, embora tenha perdido 1 deputado face a 2012.

Vasco Cordeiro, líder dos socialistas açorianos manifesta-se contente “É uma grande vitória do Partido Socialista”. António Costa, líder nacional do PS manifesta-se no mesmo sentido, ainda assim o primeiro-ministro avança que não faz leituras nacionais de eleições regionais.

O PSD manteve-se também como segunda força política, alcançando 30,9% dos votos. Tal como o PS perdeu um mandato, elegendo assim 19 deputados. Os sociais-democratas estão afastados do poder há 20 anos. Passos Coelho lamenta que a noite não possa ter sido de festa mas continua convicto que “O PSD continua a ser um grande partido de implantação regional, que acredita na autonomia regional e que se irá bater por um futuro melhor nos Açores”.

Os restantes partidos reforçaram os seus votos. O CDS conseguiu 7,2%, contra 5,7% que tinham conquistado em 2012, elegendo 4 deputados. Assunção Cristas disse à comunicação social que estava muito satisfeita com os resultados, tendo aumento o número de votos, de percentagem e de mandatos. O BE obteve 3,7% dos votos elegendo 2 deputados, duplicando assim o número de

deputados face a 2012. Catarina Martins referiu que “o Bloco de Esquerda conseguiu um resultado histórico”. A líder dos bloquistas admite, ainda assim, que não foi possível alcançar o objetivo que tinha traçado de retirar a maioria absoluta ao PS.

Quanto à CDU, regista também um crescimento em percentagem de votos obtendo 2,6% em 2016 contra 1,9% em 2012. Apesar do aumento de votos, os comunistas mantêm apenas um deputado, eleito pela ilha das Flores, onde foram, aliás, a primeira força política. Jerónimo de Sousa acredita que “a maioria absoluta empobrece a vida democrática regional” e acrescenta “O resultado não é separável da intensa campanha de condicionamento eleitoral e este resultado constitui um obstáculo à concretização de medidas e decisões que correspondam às aspirações e direitos dos trabalhadores açorianos.”

O Partido Popular Monárquico mantém também um deputado.

De realçar o elevado número da abstenção que este ano atingiu os 59,16%, um recorde nas eleições dos Açores. Em 2012 a abstenção tinha sido de 52,12%. Este ano votaram menos 14.594 pessoas: o PS perdeu 9.527 votos; o PSD perdeu 6.670 votos; o CDS conseguiu mais 568 votos; o Bloco mais 973 votos; os comunistas mais 390 votos; o PPM conseguiu mais 780 votos; e o PAN conseguiu mais 654 votos ainda que não tenha sido suficiente para eleger nenhum deputado.



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**
Gerência de João Natividade

Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário

R. de Sta. Marinha, n.º 4, 1100-491 Lisboa
R. de S. Vicente, n.º 34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

“A França é a França”

ou um déficit quando nasce não é igual para todos

Recentemente vieram a público declarações polémicas do Presidente francês. François Hollande admitiu a existência de um acordo secreto entre o Governo francês e a União Europeia para que o país não ficasse obrigado a cumprir as metas do déficit. Metas essas, que países como Portugal ou Espanha são obrigados a cumprir.

Un président ne devrait pas dire ça (Um presidente não deveria dizer isto) é o livro onde aparecem as declarações em causa. O livro é da autoria de dois jornalistas do jornal francês Le Monde, Gérard Davet e Fabrice Lhomme.

Segundo Hollande o compromisso de cumprir as regras que se aplicam a todos os países da zona euro, ou seja a manutenção do déficit abaixo dos 3% do PIB, foi “uma mentira pura e simples, aceite por todas as partes”.

Os autores do livro afirmam que este acordo foi estabelecido em 2012, ano em que Hollande foi eleito, e seria válido até 2017. Ou seja, abrangeu a presidência de Durão Barroso e de Jean-Claude Juncker.

O Presidente gaulês explica de que forma foi feito o acordo: “É o privilégio dos grandes países (...) nós dizemos: nós somos a França, nós protegemo-vos, temos umas forças armadas, uma força de dissuasão, uma diplomacia (...) Eles, os europeus, sabem que precisam de nós e, portanto, isso paga-se”.

Segundo Hollande, a Comissão Europeia pediu para apontarem para os 3% para poder “fazer frente a outros países”, prometendo não “atacar” os números franceses. O objetivo era inibir outros países da Zona Euro de pedirem a mesma exceção ao PDE e, por isso, perturbar a união monetária.

Não é de admirar o teor destas revelações que saíram a público este mês. Relembre-se que em Junho deste ano o presidente da Comissão Europeia assumiu que a França tem mais tempo para corrigir o déficit excessivo apenas porque “é França”.

Estas declarações foram proferidas numa altura em que a Comissão Europeia decidia se haveria de aplicar sanções a Portugal e Espanha por incumprimento do déficit, o que acabou por não acontecer.

De referir também que ninguém na Comissão Europeia desmentiu tal acordo.

A julgar pelos comentários e pelas revelações as regras afinal não são iguais para todos e se assim resta deixar a pergunta. Porquê?

Brasil Depois do golpe, a resistência dos estudantes

Onde há repressão, há luta e depois do golpe que o Brasil sofreu, os estudantes fazem ouvir a sua voz.

Por todo o país milhares de escolas e universidades estão a ser ocupadas, num protesto que diz “não” aos cortes radicais que o novo governo interino quer impor.

Em causa está uma “Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241”. A proposta prevê que só em 2037 o governo poderá voltar a aumentar os gastos acima da inflação nas áreas da educação, saúde e assistência social, mas também outros menos citados, como segurança pública, direitos humanos, agricultura, habitação, saneamento, meio ambiente e obras públicas em geral.

Por isto mesmo esta proposta foi apelidada de “PEC DO FIM DO MUNDO”. Perante estas propostas e devido à recusa da parte do governo em ouvir os estudantes os estudantes fizeram-se ouvir. “Ocupar e Resistir” é o lema que adotaram. O movimento, que ganhou o nome de “Primavera Secundarista”, já ocupou 1154 escolas. Estes além de se posicionarem contra a “PEC 241”, estão também contra a “MP 746” que é uma proposta específica que tem como objetivo a reformulação do ensino secundário público brasileiro.

Esta MP tem causado muita polémica. Além de uma reestruturação dos ciclos de ensino, visa também criar áreas de estudo especializadas no ensino secundário, coisa que não existe no Brasil, uma vez que todos estudam um mesmo tronco comum. Outra das medidas

em causa é a retirada do ensino público de disciplinas como educação física, artes, filosofia e sociologia. Uma das medidas que têm suscitado mais protesto é a chamada “Programa Escola sem Partido” que propõe que cada professor “respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções”. Ao comando desta discussão encontra-se o mesmo grupo que já tinha proposto a inclusão da teoria do “criacionismo” no currículo nacional

Amanda Peixoto, uma das muitas estudantes envolvidas nesta luta, de 16 anos falou com o “The Intercept Brasil” e disse “Eu acho muito importante, nós, jovens, estarmos lutando contra essa precarização, contra a PEC 241 que quer o congelamento de 20 anos do investimento na educação; contra o projeto de escola sem partido, que quer tirar sociologia, filosofia, quer tirar todo o senso crítico que os alunos podem desenvolver no colégio. Porque, como eu, por exemplo, eu entrei no colégio sem conhecer o mínimo de política. E foi através dessas aulas que eu passei a me inserir nesse meio da política, da militância, e eu tô aqui. E eu acho que é importante que mais jovens tenham a mesma oportunidade que eu. Que eles possam ouvir, que eles possam aprender e que eles possam escolher o lado. E espero que eles escolham o lado certo, né, o lado da educação.”

Como resposta aos protestos dos estudantes, o governo golpista ameaçou cancelar o “ENEM”, que é uma espécie de exames nacionais do ensino secundário.

Cátia Rodrigues



Calais. O campo de refugiados de Calais foi pensado para ser uma casa temporária para pessoas que vinham fugidas da guerra. No entanto, acabou por se tornar num sítio permanente para estas pessoas, mesmo sem ter as condições mínimas de vida, tal como saneamento básico ou segurança. O Presidente francês invocou estas razões para desmantelar o campo. Sabe-se também que a população via com maus olhos aquela população. Os refugiados que ali estavam foram deslocados para outros centros temporários. O maior problema é com as crianças que ficaram sem pais e que não têm qualquer tipo de proteção.

PROJETO DOS TUBARÕES

O QUE PENSAMOS SABER?

“Os tubarões têm dentes bicudos.”, Inês

“Eles morrem se não tiverem dentro de água, porque só respiram lá dentro.”, Afonso

“Os tubarões gostam de comer pessoas.”, Duarte

“Eles têm uma parte do corpo que fica sempre fora de água.”, Santiago

“Sim, eles têm uma barbatana fora de água. Assim, as pessoas e os animais conseguem vê-los e têm tempo para fugir.”, Inês

“Eles são muito perigosos.”, Simão



COMO SURTIU?

No ano letivo anterior, surgiu um diálogo entre duas crianças na sala, que discutiam se os tubarões comiam pessoas ou tartarugas. No início deste ano letivo, a mesma questão foi levantada na reunião de conselho.

COMO VAMOS SABER?

Pesquisa:

- Livros
- Computador - Internet



O QUE QUEREMOS SABER?

“O que é que os tubarões comem?”, Inês

“Quais são os tubarões mais perigosos?”, Afonso

“Como é que os pescadores apanham os tubarões?”, Álvaro

“E porquê?”, Simão

“Como é que os tubarões atacam?”, Tiago

O QUE VAMOS FAZER?

- Livro
- Tubarão 3D



COMUNICAÇÃO

Depois de realizadas as produções, partilhámos as nossas descobertas. Desta forma, conseguimos validar socialmente o que aprendemos, e tomámos consciência do que foi feito.

A partilha faz parte de um processo de aprendizagem cooperada. Por um lado, permite transmitir aos pares o que sabemos e que estes aprendam connosco. Por outro lado, possibilita que quem ouve a informação aprenda a colocar questões, bem como a valorizar e a reconhecer as competências dos outros.

Quem partilha arranja, também, estratégias para melhorar a sua oralidade, uma vez que os outros têm de entender o que lhes é transmitido.



No Centenário de Mário Dionísio

O Projecto Sinestesia do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em colaboração com a Casa da Achada-Centro Mário Dionísio, o Museu do Neo-Realismo e a Associação Promotora do Museu do Neo-Realismo, realizou de 27 a 29 de Outubro um Congresso Internacional sobre a vida e obra de Mário Dionísio, cujo centenário ocorre este ano. “Como uma pedra no silêncio”, o título do congresso, condensa de forma sugestiva a vida e obra de um dos mais ímpares intelectuais portugueses do século XX.

Com uma vida dedicada ao ensino, em que foi marcante para muitas gerações de alunos rasgando novas perspectivas, fazendo-os questionar sempre algo para lá das fronteiras dos programas, Mário Dionísio tem obra relevante na literatura, na pintura, no pensar as artes e a estética.

Foi um dos teóricos do neo-realismo, sempre defendendo que as artes devem ter uma ideologia não para a servir, mas para a expressar. Uma posição singular no neo-realismo em que a qualidade artística e estética, ancorada na coerência ideológica, corria o risco de não se libertar de esquematismos ameaçadores e estiolantes por mais revolucionariamente bem-intencionados que fossem.

Nunca abandonou essa coerência de defesa das artes e da cultura, da sua relativa autonomia em relação aos processos históricos, situando-as como um dos alicerces fundamentais no processo de construção da sociedade.

Poeta e escritor notável, leiam-se *O Riso Dissonante*



(1950) e *Poesia Incompleta* 1936/1965, *O Dia Cinzento e Outros Contos* (1965) e *Não à Morte nem Princípio* (1969) pintor quase desconhecido, embora tivesse participado com pseudónimos nas Exposições Gerais de Artes Plásticas. Faz a sua primeira exposição individual com setenta anos de idade revelando-se um pintor, entre a figuração e a abstracção ou para se ser mais rigoroso, que vai introduzindo experiências da abstracção na figuração até esta ser um signo distante mas presente, numa afirmação pictórica em que se nega a artificial separação entre forma e conteúdo. Essa sua intensa e plural actividade criativa decorre em simultâneo com não menos intenso trabalho de investigação sobre as artes, história e estética. São duas linhas paralelas que escapam à condenação de se encontrar num ponto qualquer no infinito. São duas linhas paralelas que não se confundem,

correm em permanente contacto sobre um plano mais vasto, o da sua visão marxista do mundo em que sempre acreditou e a que nunca renunciou.

Em 1958 profere na Sociedade Nacional de Belas Artes uma conferência, *Conflito e Unidade da Arte Contemporânea*. Uma intervenção de aguda lucidez sobre os problemas da arte nos nossos tempos, que continua actual, pela inteligência com que se colocam questões e a elas se responde numa perspectiva aberta de futuro, sempre com as hipóteses provisórias e as certezas relativas de um pensador que está no seu tempo e para lá do seu tempo.

Por esse ano já tinha publicado um ensaio sobre Van Gogh e o primeiro volume de *A Paleta e o Mundo*, obra magna sobre teoria e história da arte contemporânea, sobre o pensamento e a criação estética.

Em onze capítulos, Mário Dionísio questiona e afirma a função social da arte, filtrando-a pelo seu sistema de relações: a arte e o público, a arte e a ciência, a arte e a sociedade, a arte e o artista, a arte e a arte. Ferramentas com que dialecticamente analisa esse sistema de representação do mundo e o mundo que é representado e transformado. Fá-lo sem dogmas, nem “enfeudamentos cronológicos” (*), realizando um ensaio original, de rara profundidade que o colocam como um dos mais importantes teóricos e pensadores da arte contemporânea.

No ano em que se comemora o centenário de Mário Dionísio espera-se, deseja-se que a Imprensa Nacional/Casa da Moeda cumpra o serviço público, a que deve estar obrigada e reedite *A Paleta e o Mundo*. O mínimo que se lhe pode exigir porque o que realmente deveria fazer era, além de reeditar esse opus magnum, procurar que fosse publicada noutros idiomas para ocupar o lugar que lhe cabe entre os grandes estudos sobre arte contemporânea.

MAA

(*) Maria Alzira Seixo, *Pensar A Paleta e o Mundo, Notas para um Estudo*, edição Casa da Achada-Centro Mário Dionísio



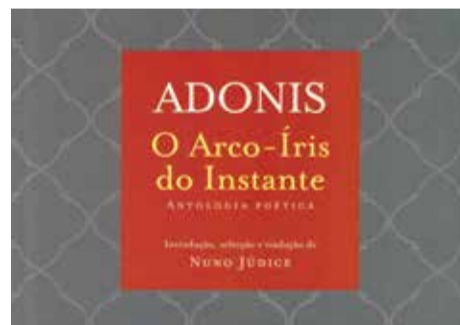
Pedro Chorão, obras de 1971-2016

Pedro Chorão é um pintor que tem prosseguido um percurso de pesquisa sobre a pintura e o lugar que ocupa num tempo de hibridização dos géneros nas artes visuais. Nesse contexto a obra de Chorão é um acto de resistência e de afirmação da pintura seja em formato papel ou em tela. Finalmente Chorão tem a retrospectiva, organizada por José Luis Porfírio, que tardava. Na Fundação Carmona e Costa, os desenhos, e na Cordoaria, as telas e as invenções sobre os espaços. De 12 de novembro a 19 de fevereiro.



Poemas na Minha Vida

Io Appolloni, uma italiana que se sente muito portuguesa, sempre teve a poesia no centro dos seus interesses. Descobre tardiamente o poema de Jorge de Sena, Carta aos meus Filhos sobre os Fuzilamentos de Goya, a espoleta para este espectáculo em louvor da poesia. Espectáculo esse em que se faz um veemente apelo a ler e descobrir poesia além da que se conhece e já se leu. Poemas da minha vida, um espectáculo em digressão pela AML: 25 novembro no Centro Cultural de Carnide, 18 e 19 de dezembro no Teatro Municipal de Almada.



A Grande Poesia Árabe Contemporânea

Adonis, nome literário de Ahmad Said Esber, é considerado o maior poeta árabe da atualidade. Finalmente tem duas obras suas traduzidas em português. Uma antologia de poemas, *O Arco-Íris do Instante*, traduzida por Nuno Júdice e *Violência e Islão*, uma série de entrevistas a Houria Abdelouahed, a sua tradutora. Adonis é um defensor estrénuo da laicidade, um inimigo da religião enquanto ideologia. Condena com veemência o terrorismo e os EUA como inventores da Al-Qaeda. Dois livros a ler com urgência.



Bienal Fotografia em Vila Franca de Xira

Muita da melhor fotografia portuguesa pode ser vista na Bienal de Fotografia de Vila Franca de Xira, até 19 de março. O tema Arquivo e Observação, expande-se em várias exposições em lugares emblemáticos da cidade, associações culturais e casas particulares devolutas. Quatro exposições individuais, José Maçãs de Carvalho, Daniel Blaufuks, Patrícia Almeida/David Alexandre Guéniot e Eduardo Matos e várias exposições coletivas invadem a cidade o que proporciona percursos particularmente interessantes.

Repor direitos Melhorar condições de vida

A austeridade foi particularmente dura para os trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado. A desvalorização dos salários foi de quase 30%, a média nacional foi de 16,5%, em consequência do congelamento salarial, cortes nos salários e outras remunerações. Paralelamente a contratação coletiva e outros direitos foram degradados, a precaridade intensificou-se, a redução do número de trabalhadores, por saídas definitivas ou através da mobilidade agravou-se. Um quadro altamente preocupante que, nos seus traços essenciais, ainda se mantém apesar das alterações positivas conquistadas pelos trabalhadores desde a entrada em funções do governo PS, com apoio parlamentar do PCP, BE e PEV. Alterações que, no entanto, os sindicatos da Frente Comum da Administração Pública (FCSAP) que reúne os trinta e cinco sindicatos da administração pública, consideram insuficientes, como o tem vindo a fazer sentir no decorrer das negociações com o governo. A demonstração cabal da insatisfação dos trabalhadores com a situação actual e com o modo como tem evoluído, foi feita nas ruas na grande manifestação que decorreu no dia 18, com objectivo de apoiar e dar força à FCSAP e à sua Proposta Reivindicativa Comum, entrega no mês de Outubro e que está a ser negociada durante o mês de Novembro, para ser integrada nas alterações ao Orçamento de Estado 2017(OE2017), que deverá ser aprovado a 29 deste mês.



É consensual que as medidas até agora assumidas pelo governo, reversão dos cortes nos salários acima dos 1500 euros, redução da sobretaxa do IRS em 2016 e sua eliminação até ao final de 2017, reposição dos dias de férias garantindo os 25 de férias, com benefícios em função dos dias de idade e serviço, independentemente do vínculo laboral, são o principio da alteração de uma situação altamente penalizadora para os trabalhadores da administração pública imposta pelo anterior governo PSD-CDS.

Consideram, no entanto, os sindicatos da Frente Comum que são insuficientes dado o estado atual das condições de vida e de trabalho a que se chegou com as medidas austeritárias dos governos desde 2009. As exigências que fazem ao governo referem-se a um aumento real dos salários e das pensões em 4%, que reponha parcialmente a perda de poder de compra, a actualização do salário mínimo para 600 euros, o descongelamento da progressão nas carreiras, a aplicação para todos os trabalhadores que exerçam funções públicas das 35 horas semanais, a alteração dos escalões de IRS pra uma maior justiça fiscal, a revogação do SIADAP e a defesa da negociação, da contratação colectiva, do sistema de pensões e da ADSE, reduzindo o valor das contribuições para 1,5% por mês para os aposentados e trabalhadores independentemente do seu vínculo.

O que os trabalhadores pretendem é que se continuem a repor direitos mas que se melhorem de fato as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da administração pública e do sector empresarial do Estado, que consideram indissociáveis do crescimento da economia. Em declarações públicas os dirigentes sindicais sublinharam que, tanto as negociações como as manifestações, como a que se realizou no dia 18, são feitas numa perspectiva construtiva, considerando que há margem para melhorar o OE2017, valorizando tudo o que já foi feito.

A Voz do Operário há 100 anos

Última hora

“O Governo acaba de adiar, indefinidamente, as eleições administrativas [municipais]”.
5 de novembro de 1916

Crise do papel

“A fim de apreciar vários assuntos de interesse geral da Sociedade A Voz do Operário, reuniram em conjunto os seus corpos gerentes (...) e foram discutidas as dificuldades com que luta relativamente à carestia do papel para a impressão do jornal. Foi nomeada uma comissão composta por Abílio Leopoldo Gameiro, pela Assembleia Geral, António Augusto da Silva, pela Comissão Administrativa, e David António da Costa, pelo Conselho Fiscal. Sobre este assunto recebeu esta Sociedade um ofício da Comissão de Jornalistas, sobre a crise da imprensa e a carestia do papel, pedindo um delegado para uma reunião que teve lugar na Associação Industrial Portuguesa”.
5 de novembro de 1916

Governos burgueses

“Foi ontem uma das datas mais tristes do movimento operário. Foi a 11 de novembro que cinco companheiros nossos, cinco proletários (...) foram inocentemente executados em Chicago. (...) Por terem proclamado a verdade e preconizado uma sociedade em que as palavras liberdade, igualdade e fraternidade fossem um facto e não uma insultante ironia, como é hoje atirado à cara do proletariado. (...) Se o ato sanguinário da burguesia norte-americana não conseguiu retardar a propaganda socialista, provou, porém, que o proletariado nada tem a esperar dos governos burgueses, sejam eles quais forem”.
12 de novembro de 1916

Rua da Voz do Operário

“Já foram substituídos os letreiros da antiga rua da Infância, por outros com a nova denominação, que lhe foi dada pela Câmara Municipal, de rua da Voz do Operário”.
19 de novembro de 1916

Ignorância

“O maior inimigo da libertação do homem é a sua ignorância”.
José d’Almeida
26 de novembro de 1916

**PASSEIO
VILAS
OPERÁRIAS
E MIRADOUROS
DA GRAÇA
26 NOVEMBRO**
10H30 (PARTIDA DA VOZ DO OPERÁRIO)
MAIS INFORMAÇÕES: 218 862 155



A VOZ DO OPERÁRIO
SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E BENEFICÊNCIA

R. da Voz do Operário 15, 1100 Lisboa | geral@vozoperario.pt | jornal@vozoperario.pt
+351 218 862 155